

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO DE 2017 E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Camila Fraisoli

fraisoli@cotil.unicamp.br¹

Resumo

Em 2017, o presidente Michel Temer sancionou a Reforma do Ensino Médio promovendo, de forma antidemocrática e impositiva, uma ampla transformação do Ensino Médio do país. Não obstante o processo de construção e imposição da Reforma, esta conta com uma série de pontos controversos, que podem representar graves consequências e distorções para o ensino do país. Entre os pontos críticos, está a retirada da obrigatoriedade de ensino de algumas disciplinas, entre elas a Geografia. Essa ciência humana, com forte influência para o entendimento do mundo, é fundamental para a construção de cidadãos críticos e reflexivos, capazes de compreender e transformar o espaço. A não obrigatoriedade dessa disciplina no currículo pode trazer consequências negativas para os educandos, bem como para a própria ciência geográfica. O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma breve análise da Reforma do Ensino, apontando as possíveis consequências de sua implantação para os educandos, para o sistema educacional brasileiro e para o ensino de Geografia. Para isso, o trabalho contará com uma revisão bibliográfica, a fim de atingir o objetivo proposto.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio, Ensino, Ensino de Geografia.

Introdução

Em 2017, o então governo de Michel Temer propôs uma profunda reforma para o Ensino Médio do país, impondo grandes mudanças que podem impactar de diversas formas a educação do Brasil. A necessidade de uma Reforma do ensino nacional, de fato, era urgente, uma vez que a educação brasileira passa por uma profunda crise estrutural e financeira.

Por todo o país, há um imenso abismo entre as regiões brasileiras, e mais ainda em relação ao ensino público e privado. Os vários índices educacionais apontam para a queda da qualidade da educação do país, e é frequente os relatos de alunos que saem das escolas públicas sem as habilidades e competências necessárias para entrar nas universidades estaduais e federais, ou mesmo para se inserir no atual mercado de trabalho. Também é evidente a falta de

¹ Professora Mestre do Colégio Técnico de Limeira – Cotil, UNICAMP. Trabalho resultado do TCC apresentado no programa de pós-graduação Lato Sensu em Metodologia do Ensino de Geografia da Faculdade Unyleya.



valorização dos professores, bem como a falta de investimento em infraestrutura nas escolas, que ficam cada vez mais sucateadas e ultrapassadas no que diz respeito aos métodos e técnicas educacionais.

Assim, uma Reforma do sistema educacional do país era imperativa, rompendo métodos já suplantados, e reformulando conteúdos e estruturas rígidas dos PCNs. Para tal, seria necessário a participação de todos os interessados e envolvidos com a educação nacional: professores, alunos, pais, especialistas em educação, além dos governos federais e estaduais.

Porém, a Reforma foi colocada de forma impositiva, sem maior participação das comunidades escolares, e efetivada como Lei em 2017 (Lei nº 13.415/2017). Em seu arcabouço, transformações profundas, que não condizem com as necessidades do sistema brasileiro. A reforma apresenta um recorte profissionalizante e reducionista, deixando de lado a proposta principal da educação: criar cidadãos críticos e reflexivos.

Entre as mudanças está a flexibilização dos conteúdos, não sendo mais obrigatório o ensino de várias disciplinas, mas apenas português, matemática e língua inglesa. O ensino médio passa a ser organizado em dois eixos: uma Base Nacional Comum Curricular, com uma formação geral básica, e os chamados itinerários formativos. A formação geral deve desenvolver competências em: Linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e Sociais aplicadas. Os itinerários formativos se concentram na Formação Técnica e profissional. Cada unidade escolar deve oferecer os itinerários formativos conforme suas capacidades estruturais.

A partir desse novo BNCC – EM, passam a ser obrigatórios para todos os anos apenas o ensino de Matemática e Língua Portuguesa, com redução e limitação da carga horária de no máximo 1800 horas. As demais disciplinas passam a ser ministradas conforme a organização de cada rede, podendo reduzir ou não determinadas disciplinas. Com a limitação de carga horária para a formação geral, grande parte das disciplinas não serão ministradas em todos os anos podendo, inclusive, limitar-se a apenas um ano do ensino médio.

A Reforma também determina que, quando necessário, poderá ser contratado para a prática docente profissionais de outras áreas, não formados em cursos de licenciatura, chamados de “profissionais de notório saber”. Além disso, a carga horária total dos alunos (entre formação geral e itinerários formativos) deverá aumentar progressivamente, prevendo assim o ensino integral e profissionalizante.

Fica claro no escopo apresentado pelo BNCC de 2018 que o enfoque do ensino médio deve ser o ensino voltado para o mercado de trabalho, e assim o ensino técnico e profissionalizante.

Dada as premissas apresentadas e as preocupações latentes, esse trabalho pretende abordar, a atual proposta de Reforma do Ensino Médio, engendrada pelo governo de Michel Temer, e suas possíveis consequências para o ensino médio e, particularmente, para o ensino de Geografia. Para alcançar esses objetivos, o trabalho conta com uma revisão bibliográfica sobre o tema.

1. Reforma do Ensino Médio de 2017

Em 2016, poucos meses após assumir o governo, Michel Temer propõe uma ampla reforma no Ensino Médio brasileiro. Dado o cenário nacional, era imperativo que o Ensino Médio do país passasse por uma profunda reformulação, tendo em vista os péssimos índices de desempenho e evasão. Porém, a forma como a atual Reforma foi imposta, assim como as propostas curriculares da mesma são arbitrárias, autoritárias, e não trazem benefícios à toda a sociedade brasileira.

A Reforma iniciou-se no formato de Medida Provisória, encaminhada ao Congresso em 22 de setembro de 2016. A medida foi aprovada e transformada na Lei nº 13.415 em 16 de fevereiro de 2017, com implementação prevista para 2018. A referida Lei altera artigos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da Lei nº 11.494, de junho de 2007, que é a Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Da mesma forma, institui a Política de Fomento à Implementação de Escola de Ensino Médio em Tempo Integral (BALD e FASSINI, 2017).

Segundo Neto, Lima e Rocha (2017) a principais mudanças da atual Reforma do Ensino Médio são: aumento na carga horária; a obrigatoriedade de apenas 3 disciplinas: português, matemática e inglês; a reorganização das disciplinas em áreas de Conhecimento; a flexibilização do ensino, com a possibilidade do aluno optar por qual área prefere seguir; a obrigatoriedade do ensino profissionalizante, a possibilidade do aluno optar por mais de um



itinerário formativo, caso haja disponibilidade da escola; e a possibilidade de contratação de professores que tenham o chamado “notório saber”.

Segundo o Ministério da Educação, tais mudanças são essenciais para retomar o crescimento econômico do Brasil. A qualificação da mão de obra e o investimento no capital humano seria capaz de adaptar o trabalhador brasileiro à nova realidade do capitalismo internacional, trazendo mais produtividade e competitividade ao país (MOTA e FRIGOTTO, 2018).

Se a Reforma de 1996 era marcada pela ideia da criação de um cidadão reflexivo, de uma ser humano intelectualmente desenvolvido, essa Reforma pauta-se por uma pretensa necessidade do mercado e da necessidade de produzir trabalhadores. Também serve de justificativa para a Reforma o baixo desempenho alcançado pelos alunos em Língua Portuguesa e Matemática, o número excessivo de disciplinas, que representariam um desestímulo ao aluno e um fator para a evasão, a necessidade de flexibilização do currículo, modernizando o ensino, o baixo número de alunos que saem do ensino médio e ingressam no ensino superior, o alto número de alunos matriculados no ensino técnico, o que seria indicativo de uma tendência, e as elevadas taxas de evasão e repetência em todas as séries (FERRETI e SILVA, 2017).

Há uma clara reformulação voltada para a profissionalização e a construção de cidadãos adaptados a nova organização produtiva do capital, além da preocupação com o baixo desempenho do país nas avaliações internacionais.

Para Ferreti e Silva (2017), a construção da atual Reforma não se difere do caráter neoliberal apresentado na Reforma de 1996. Inclusive os autores apontam para a presença dos mesmos membros em ambas as ocasiões. A diferença é que essa reforma, além de mais global e abrangente, deixa evidente o atendimento ao capitalismo internacional.

O fato da Reforma atual se basear na necessidade de modernização para criar mão de obra para o mercado não é algo novo. Ao longo de toda a história da educação brasileira, e particularmente no período de industrialização, as reformas do ensino se caracterizavam por essa preocupação com o mercado e com a formação de um capital humano.

No atual período globalizado, a economia está focada nas vantagens competitivas dos lugares para se adequar ao capitalismo internacional e a flexibilização da produção. No caso do Brasil, suas vantagens competitivas apoiam-se em dois fatores: seus recursos naturais

abundantes, com forte apoio na produção de commodities, e na mão de obra barata do país, que atraiu diversas transnacionais para o território brasileiro.

Segundo dados do IBGE (2018), o setor secundário é o setor com menor participação no PIB se comparado com o setor de serviços. Da mesma forma, o setor secundário apresenta baixo percentual na produção de empregos, perdendo também para o setor terciário. O setor primário (alavancado pelo agronegócio e venda de commodities) e o setor terciário são os responsáveis pela maior geração de riquezas para o país e, no caso do setor terciário, pela geração de postos de trabalho. Essa situação expõe o papel do país na DIT – Divisão Internacional do Trabalho.

A baixa empregabilidade do setor não está apenas relacionada as crises e a desaceleração da economia brasileira, mas também às características da atual indústria moderna. Nos últimos anos, o sistema produtivo internacional está passando pela chamada 4º Revolução Industrial, com uma total integração de atividades e setores por meio digital, inovações tecnológicas cada vez mais desenvolvidas, além da tendência à automação das atividades produtivas.

Segundo Mota e Frigotto (2018), a argumentação do Ministério da Educação para a Reforma não condiz com a economia brasileira e sua posição na Divisão Internacional do Trabalho. Se o governo brasileiro não realiza investimentos substanciais no setor industrial, tão pouco transforma sua condição de exportador de produtos primários, a pressa na aprovação da Reforma do Ensino, e sua suposta modernização (nos moldes apresentados), não se justifica.

Nos moldes apresentados, a Reforma imposta em 2017 não será capaz de oferecer as qualificações necessárias para o setor secundário, em pleno processo de transformação. Também não há nenhum indício de que a economia brasileira poderia sofrer uma guinada na sua organização, proporcionando um crescimento desse setor para os próximos anos.

A Reforma proposta apresenta uma grande transformação em sua organização estrutural. Segundo o MEC (2018), o currículo escolar passará a ser dividido em duas partes: uma comum a todos os estudantes, e outra nos chamados itinerários formativos, sendo elas: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e Sociais aplicadas; Formação Técnica e profissional.

Porém, ao contrário do que é correntemente colocado pelo MEC, os itinerários formativos não serão escolhidos pelos alunos, mas sim oferecidos conforme as disponibilidades



e condições das escolas. No ensino público, essas condições estarão atreladas aos recursos financeiros, humanos e estruturais (CASTILHO, 2017).

Para as instituições privadas, a reforma apresenta um novo nicho de mercado. Além da capacidade de aumentar suas demandas, também serão capazes de oferecer todos os itinerários, bem como tem a capacidade de oferecer recortes de conteúdos apropriados à entrada de seus alunos no ensino superior.

As disciplinas escolares possuem uma constituição epistemológica, social e histórica. Ao serem pensadas, se encaixam em um determinado contexto histórico – político ideológico. A redução das disciplinas escolares trará enorme prejuízo aos educandos, uma vez que esses perdem a possibilidade de se desenvolver de forma plena, com formação não apenas formal, mas também intelectual. O ensino das várias ciências serve para que todos desenvolvam o raciocínio, o livre pensar, o descobrimento de fatos e suas relações com suas realidades.

O ensino de cada disciplina não se reduz ao seu uso prático, mas sim, de forma abrangente e holística, oferece a possibilidade de desenvolver conceitos e reflexões acerca do mundo, do lugar do educando no mundo, além de colaborar no desenvolvimento das múltiplas inteligências.

Em particular no caso das ciências humanas, essas apresentam não apenas conteúdos e metodologias próprias, mas também possuem um arcabouço social e crítico, sendo essas disciplinas muito ligadas a ideia da produção de um cidadão reflexivo. A possibilidade de redução dessas disciplinas elimina da vida do educando a capacidade de pensar sobre a sociedade em que vive e, conseqüentemente, de transformar sua própria realidade.

A retirada de conteúdos críticos do ensino não apenas deforma a formação humanista dos alunos, mas também cria cidadãos sem senso crítico, sem ferramentas para se situar no mundo, sem empatia com as minorias, sem a capacidade de reflexão, e mesmo sem práticas que lhes permite pensar criativamente (FARIAS, 2017).

Outro ponto polêmico da Reforma está no texto que aponta para a possibilidade de contratação de profissionais de “notório saber”. Essa possibilidade cria sérios problemas para os professores e para os cursos de licenciatura de todo o país. Contratar profissionais que não tenham cursado curso de licenciatura e que, portanto, não teriam tido disciplinas essenciais à prática pedagógica, tal como didática, psicologia do ensino, estágio, certamente não apresentam a mesma qualificação dos profissionais da educação, que se dedicaram em atividades e métodos

pedagógicos. Assim sendo, esses profissionais de “notório saber” não oferecem a mesma qualificação para o trabalho, e nem tão pouco conseguem proporcionar maior qualidade ao ensino.

Outra questão que se apresenta relaciona-se aos cursos de graduação em licenciatura: se profissionais que não possuem licenciatura podem exercer o papel de professores, qual seria o motivo de se fazer cursos de licenciatura? E, mais ainda, se grande parte das disciplinas deixam de ser obrigatórias, (excetuando-se português, matemática e inglês) por que cursar cursos de licenciatura em geografia, história, biologia, etc?

Isso posto, podemos inferir que a Reforma não trará consequências apenas ao ensino médio, mas também, a longo prazo, compromete o futuro de cursos de graduação espalhados em todo país. Mesmo que geografia, história, biologia, etc., possam também apresentar modalidades de bacharelado, o baixo investimento em pesquisa do país reduz a qualidade e quantidade desses cursos.

Tendo em vista tudo o que foi exposto, podemos afirmar que a Reforma trará consequências funestas à educação e a população brasileira:

1. Descentralização da educação e criação de desigualdades regionais: se as escolas terão liberdade para criar seus recortes disciplinares, o governo tira de si a responsabilidade de gerir as escolas e, ao mesmo tempo, criam graves desigualdades regionais, uma vez que as mudanças estão atreladas à capacidade estrutural de cada unidade.
2. Desumanização da escola: ao reduzir disciplinas de humanidades e embutir forte ideologia mercadológica, o senso crítico e a capacidade reflexiva dos educandos é reduzida ou mesmo eliminada.
3. Criação do cidadão produtor / consumidor: determina o reducionismo do educando ao tirar desde a capacidade de se ver como transformador de sua realidade.
4. Segregação dos alunos de classe baixa: ao retirar disciplinas do Ensino Médio, e focar na profissionalização, o governo determina que os alunos das escolas públicas não cursaram universidades públicas, uma vez que pouca ou nenhuma reformulação foi proposta aos vestibulares. Dessa forma, apenas alunos das redes privadas, com formações mais completas, poderão ingressar nas universidades públicas.
5. Reducionismo dos alunos de escolas públicas a trabalhadores de baixa remuneração: se os alunos de escolas públicas só tiverem acesso ao ensino profissionalizante, significa que



estes estão fadados a ocupar cargos de menor remuneração, determinando assim maior segregação e desigualdade social.

6. Comprometimento dos cursos de licenciatura: se qualquer profissional pode exercer o papel de professor, os cursos de licenciatura perdem sua finalidade, e correm o risco de serem extintos, comprometendo também os cursos de bacharelado.

7. Eliminação da possibilidade de transformação social, da capacidade de melhoria verdadeira na qualidade de vida das populações vulneráveis, além da impossibilidade de se criar cidadãos críticos e reflexivo.

Assim, como aponta Farias (2017), qual é o sujeito que se pretende formar com tal reforma? A quem interessa e o que realmente se pretende com essa Reforma? Quais serão as consequências da Reforma para o Ensino de Geografia?

2. O Ensino de Geografia

A ciência geográfica, assim como outras ciências escolares, possui um valor fundamental para os educandos e para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Ainda que a Geografia tenha passado por diversas transformações epistemológicas e metodológicas, seu ensino e suas características atuais extrapolam a mera reprodução de conhecimentos enciclopédicos, dado sua capacidade de reflexão acerca do mundo.

A Geografia é uma ciência ampla, complexa, que abrange diversas especificidades e relações entre o homem, a natureza, o espaço e o mundo. O ensino de Geografia possibilita o desenvolvimento de uma visão crítica do papel do homem no espaço. Essa percepção acerca do papel das sociedades, das disparidades socioespaciais, das transformações das paisagens, dá aos alunos ferramentas para transformar sua própria realidade.

As disciplinas escolares, ainda que promovam uma fragmentação dos conhecimentos, são embasadas em conteúdos científicos e metodológicos que apresentam uma função. Assim como outras disciplinas, a Geografia não se reduz a um conhecimento desconexo e disfuncional, mas, ao contrário, torna-se ainda mais fundamental diante das transformações do atual mundo globalizado.

Não são apenas os conteúdos da Geografia, mas também o como se ensina, os métodos próprios da ciência geográfica, que nos permitem compreender o espaço geográfico. Os conteúdos não são criados apenas para compartimentar a realidade, mas, ao contrário, para

contextualizar os alunos com o mundo, possibilitando ao jovem o simples processo de reflexão, o livre pensamento, a criação de seus próprios conceitos, enfim, a criação de um homem completo em sua capacidade de raciocínio. Retirar os conteúdos críticos do ensino não apenas deforma a formação humanista dos alunos, mas também cria cidadãos sem senso crítico, sem ferramentas para se situar no mundo, sem empatia com as minorias, sem reflexões sobre seu espaço de vivência.

A Reforma do Ensino Médio imposta pelo governo de Michel Temer, que entre outras mudanças retira a obrigatoriedade do ensino de Geografia é, não apenas preocupante, mas absurda em vários sentidos. A reforma em si, como exposto anteriormente, é carregada de discrepâncias que trarão uma série de consequência para o ensino e para a sociedade como um todo. Especificamente para a Geografia, os itens a seguir discutirão a evolução do ensino de Geografia no Brasil, suas transformações ao longo das décadas, e as consequências da reforma.

3. A Reforma do Ensino e o Ensino de Geografia

Conforme destacado nos itens anteriores, a Reforma do Ensino proposta por Temer terá graves consequências para o ensino no país. Seu caráter autoritário e antidemocrático compromete as instituições de ensino público no Brasil, bem como o ensino de milhares de brasileiros pobres que dependem da educação pública como meio para sua instrução básica.

O ensino jamais deve ser pensado como mero formador de trabalhadores, tão pouco como instrumento de formação de massas destituídas de senso crítico. Ao contrário, a educação é a única forma de libertar verdadeiramente o homem, tornando-o apto a transformar de fato o espaço geográfico.

A Geografia, ainda que mantenha parte de um conteúdo extenso e simplistas em algumas séries escolares e livros didáticos, tem a possibilidade de inferir nos educandos a capacidade de enxergar o espaço, mais especificamente o seu espaço vivido.

Em um período em que a informação está cada vez mais acessível, o conhecimento e o saber afastam-se cada vez mais das populações mais carentes. Como salientou Milton Santos, ainda que a globalização chegue a todos, ela não iguala a todos, mas, ao contrário, distância ainda mais ricos e pobres. Criasse a ideia de uma cultura única, global, mas construída por e para as elites, e ignora as comunidades e culturas locais.



O ensino na globalização exige, também, redobrada cautela. Vivemos, neste fim de século, uma forte tendência para o totalitarismo, o que, inclusive, aparece no discurso de certos governantes, quando, por exemplo, nos dizem: "penso assim, se você pensa diferente, você está contra a nação". Então, o desejável papel pedagógico dos homens de governo é substituído por um discurso autoritário, que frequentemente vai buscar fundamento na chamada "globalização" - a globalização perversa atual - apresentada como um caminho único, quando, na realidade é apenas uma maneira de fazer a história (SANTOS, 1998, p. 7-8).

Essa mesma globalização, indissociável dos processos de acumulação do capitalismo internacional, cria da mesma forma a ideia de que a educação deve servir para produzir apenas trabalhadores aptos, adaptados ao novo mercado de trabalho. A ideia em si não é nova, uma vez que toda a estrutura educacional, desde a Revolução Industrial, reproduz um ambiente de obediência e reprodução de técnicas e conhecimentos, e não de criação de conhecimento.

A globalização criou diversas contradições para a educação: disseminou as informações, mas não necessariamente o conhecimento; facilitou técnicas e métodos, mas não de forma democrática e igualitária; propagou sentidos comuns, mas acirrou preconceitos dentro das escolas; incentivou a produção de novos tipos de trabalhadores, mas excluiu, por meio de seus agentes, grande parte da população desse processo (SILVA, 2009).

Pitano e Noal (2017), traçam um interessante paralelo entre as teorias de Paulo Freire e Milton Santos, relacionando ambos os autores com suas práticas e produções acadêmicas. Tanto Milton Santos quanto Paulo Freire, ao longo de suas obras, ressaltam a necessidade de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, tendo a educação como principal caminho:

Freire sustenta uma forte crença na capacidade que homens e mulheres possuem de superar as suas "situações limite", a exploração que foi se constituindo historicamente. Mostra, também, que transformar a realidade, implicando em libertar oprimidos e opressores, é a preocupação responsável por engendrar a Pedagogia do Oprimido, como pedagogia humanista e libertadora (PITANO e NOAL, 2017, p: 83).

Milton Santos, seguindo um viés geográfico, e preocupado com as transformações do sistema capitalista, deixa claro que a globalização, ao perpetuar o consumo como principal fonte de uma pretensa felicidade, individualiza cada vez mais as pessoas, criando uma dicotomia entre indivíduo e sociedade. Seria necessário desvincular ou ultrapassar a visão do indivíduo como consumidor e transforma-lo em um cidadão. Nas palavras de Santos (1998, p.138-9):

A atual experiência de escassez pode não conduzir imediatamente à desejável expansão da consciência. E quando esta se impõe, não o faz igualmente, segundo as pessoas. Visto esquematicamente, tal processo pode ter, como primeiro degrau, a preocupação de defender situações individuais ameaçadas e que se deseja reconstituir, retomando o consumo e o conforto material como o principal motor de uma luta, que, desse modo, pode se limitar a novas manifestações de individualismo. É num segundo momento que tais reivindicações, fruto de reflexão mais profunda, podem alcançar um nível qualitativo superior, a partir de um entendimento mais amplo do processo social e de uma visão sistêmica de situações aparentemente isoladas. O passo seguinte pode levar à decisão de participar de uma luta pela sua transformação, quando o consumidor assume o papel de cidadão. Não importa que esse movimento de tomada de consciência não seja geral, nem igual para todas as pessoas. O importante é que se instale.

A educação seria o caminho capaz de transformar o indivíduo e, dessa forma, transformar também sua realidade e seu espaço. Para isso era, de fato, necessária uma Reforma do Ensino, capaz de modificar um sistema falido e possibilitar a construção de cidadãos autônomos, reflexivos, e empáticos com as desigualdades das sociedades globais.

O ensino médio é um período decisivo da vida escolar do educando. Além de sua descoberta como indivíduo, o sistema brasileiro obriga o mesmo a optar por uma carreira (tanto no novo quanto no velho sistema), focando todo conhecimento para as necessidades dos vestibulares. Sendo o vestibular o foco principal, o estudo se torna fragmentado, compartimentado e, muitas vezes, descartável.

A saída para esse sistema educacional não era simples, e passava por uma ampla reestruturação das disciplinas, fazendo com que essas deixassem suas “caixas” de saber e passassem a se comunicar, gerando um conhecimento mais amplo e enriquecedor. Para além das disciplinas, e dada as necessidades e realidades da sociedade brasileira, essa educação também deveria ampliar seus horizontes, abrangendo outras habilidades, tais como inteligência emocional, comunicação e criatividade. As ciências humanas e, particularmente a Geografia, são amplamente necessárias para esse processo.

A Reforma proposta em 2017 foi promulgada em 2018, e tem previsão de entrar em vigor a partir do ano letivo de 2020. Isso significa que, obstante a todos os problemas levantados por vários autores e especialistas da educação, a Reforma está em curso. Resta aos professores e pesquisadores da ciência Geográfica resistir aos desmonte da educação brasileira, e ao processo de minimização das ciências humanas.



4. Considerações Finais

No início do processo de escrita desse trabalho, a grande preocupação com a Reforma tomava conta de grande parte das conversas do setor. Porém, no percurso de 2018, a educação brasileira foi atacada por questões de igual importância, como as acusações de doutrinações marxistas e da chamada ideologia de gênero, e a tentativa de implementação da chamada “Escola sem Partido”. Embora nenhum desses temas façam parte dos objetivos desse trabalho, todas fazem parte de um processo maior de desmonte da escola pública brasileira.

Como exposto anteriormente, a implantação de um sistema público nacional sempre esbarrou em problemas difíceis e complexos, que envolvem a grandiosidade do território nacional, a falta de investimento público, o pouco preparo dos profissionais de educação, as ações políticas frágeis e impositivas, além de intencionalidades de agentes privados. A Reforma do Ensino de 2017 foi apenas mais um capítulo dessa história, mas que contou com particularidades ainda mais graves do que as anotadas nos períodos anteriores.

A reforma de 2017 trará sérias consequências para a escola pública, comprometendo ainda mais a qualidade do ensino público do país. Entre as possíveis consequências podemos apontar:

- a descentralização da educação e desoneração por parte do Estado de sua responsabilidade de gerir as escolas, criando graves desigualdades regionais;
- a desumanização da escola, uma vez que a redução da carga horária diminuiu as disciplinas de humanidades;
- a redução da capacidade de senso crítico e da capacidade reflexiva dos educandos, particularmente das escolas públicas;
- a segregação dos alunos de classe baixa uma vez que, ao retirar disciplinas do Ensino Médio, e focar na profissionalização, o governo determina que os alunos das escolas públicas não cursaram universidades públicas, uma vez que pouca ou nenhuma reformulação foi proposta aos vestibulares;
- o reducionismo dos alunos de escolas públicas a trabalhadores de baixa remuneração;
- a desvalorização do papel dos professores com proposta de contratação do profissional de “notório saber”;

- o risco de fechamento de cursos de licenciatura, uma vez que estes perdem sua finalidade e prioridade na contratação de professores;
- a eliminação da possibilidade de transformação social, da capacidade de melhoria verdadeira na qualidade de vida das populações vulneráveis, além da impossibilidade de se criar cidadãos críticos e reflexivo.

Apesar de todos os aspectos apontados, a Reforma foi aprovada pelo congresso nacional e é uma realidade, devendo ser colocada em prática até o ano de 2020. Sem a consulta devida a comunidade escolar, sem a verdadeira participação dos professores no processo, as escolas de todo o país deverão se adaptar as novas regras. Dessa vez, as consequências não impactam apenas os educandos, mas também professores, alunos dos cursos de licenciatura, além das próprias ciências que originam as disciplinas.

Particularmente para o ensino de Geografia, a reforma significa um profundo retrocesso ao não a colocar entre as disciplinas obrigatórias. Entre as consequências mais diretas podemos citar: a falta de entendimento do espaço geográfico e do espaço vivido, a não compreensão do sistema mundo, o descomprometimento com o conhecimento do planeta, o não contato de conteúdos críticos e analíticos, capazes de transformar a realidade dos educandos.

Para a ciência geográfica, a Reforma pode significar o fechamento de cursos de graduação em todo o país, e a consequente diminuição da produção acadêmica e científica na área.

Em 1977, Darcy Ribeiro disse que a crise da educação brasileira não era uma crise, mas sim um projeto. Uma reforma como essa, nos moldes em que foi proposta, faz com que suas palavras se tornem cada vez mais verdadeiras. A Reforma do Ensino de 2017 não serve ao povo brasileiro, mas certamente serve as intencionalidades e interesses do capital.

9. Referências Bibliográficas

BRASIL., Medida Provisória MPV 746/2016. Brasília, 22 set. 2016a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. LEI Nº 9.394, de 20 de dez. de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional** . FERNANDO HENRIQUE



CARDOSO. 1. ed. Brasília, v. 1, p. 1-20, dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394compilado.htm>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BALD, Volnei André; FASSINI, Edí. **REFORMA DO ENSINO MÉDIO: RESGATE HISTÓRICO E ANÁLISE DE POSICIONAMENTOS A RESPEITO DA LEI Nº 13.415/17 POR MEIO DE REVISÃO DE LITERATURA**, ed. [S.l.: s.n.], 2017. 19 p. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/1868/1/2017VolneiAndreBald.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CASTILHO, Denis. REFORMA DO ENSINO MÉDIO: DESMONTE NA EDUCAÇÃO E INÉRCIA DO ENFRENTAMENTO RETÓRICO. **Revista Eletrônica de Diálogo e Divulgação em Geografia**, [S.l.], v. 1, n. 4, p. 9-18, fev. 2017. Disponível em: <<http://www.geografia.blog.br/geodialogos>>. Acesso em: 05 set. 2018.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DA MEDIDA PROVISÓRIA No 746/2016: ESTADO, CURRÍCULO E DISPUTAS POR HEGEMONIA. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. v. 38, n. nº. 139, p. 385-404, jun. 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2001. Rio de Janeiro: **IBGE**. **IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. POR QUE A URGÊNCIA DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO? MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/2016 (LEI Nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, abr. 2018.

NETO, Edgar de Campos; LIMA, Edméia Maria de; ROCHA, Ana Carolina. BREVE REFLEXÃO ACERCA DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE. In: Congresso Nacional de Educação, XIII., 2017, Campinas. **FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO** ... [S.l.: s.n.], 2017. p. 8711-8725. v. 1.

PITANO, Sandro de Castro; NOAL, Rosa Elena. Paulo Freire e a Geografia: diálogos com Milton Santos. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 78-86, jan. 2017.

SANTOS, Milton., **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SILVA, Renata Lopes da., **MILTON SANTOS: PENSAMENTO GLOBAL E EDUCAÇÃO**. 2009. 215 f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2009. 1.